

Agricultura familiar e alimentos orgânicos em Cachoeira do Sul-RS: produção e inserção nos mercados

Chaiane Leal Agne

Vanessa Baumhardt Dorneles

Resumo

A agricultura familiar brasileira é caracterizada pela heterogeneidade social, econômica e produtiva. Com o mercado mais exigente e a preocupação com a saúde, a adoção de práticas saudáveis e sustentáveis passou a ser uma exigência, motivando a produção e o consumo de alimentos orgânicos. Este artigo teve como objetivo descrever as características da agricultura familiar que produz orgânicos no município de Cachoeira do Sul. A pesquisa é qualitativa e quantitativa, tendo a coleta de dados primários sido realizada por meio de formulário semiestruturado. Foram realizadas entrevistas com seis famílias, cujas motivações para produzir estão relacionadas à preocupação com meio ambiente, saúde, agregação de valor e diferenciação. A maioria dos produtores tem mais de 40 anos, com ensino médio completo. As propriedades não ultrapassam 24 hectares, sendo as principais atividades geradoras de renda as hortaliças e as frutas. Os canais de comercialização mais usados são as feiras e a venda direta para o consumidor, esta reforçada por interações e contatos de proximidade. Evidenciou-se ser limitada a inserção dos alimentos em redes de supermercados locais, o que indica oportunidades para futuras pesquisas envolvendo o mapeamento da oferta e demanda.

Palavras-chave | Agricultura familiar; alimentos orgânicos; Cachoeira do Sul; mercado.

Classificação JEL | Q12 Q15 R14.

Family farming and organic food in Cachoeira do Sul/RS: production and market insertion

Abstract

Brazilian family farming is characterised by social, economic and productive heterogeneity. With a more demanding market and concerns about health, the adoption of healthy and sustainable practices has become a requirement, motivating the production and consumption of organic food. The aim of this article was to describe the characteristics of family farming that produces organic food in the municipality of Cachoeira do Sul. The research is qualitative

and quantitative and primary data was collected using a semi-structured form. Interviews were conducted with six families whose motivations for producing are related to concerns about the environment, health, adding value and differentiation. Most of the producers are over 40 years old and have completed high school. The properties do not exceed 24 hectares, and the main income-generating activities are vegetables and fruit. The most used marketing channels are fairs and direct sales to consumers, the latter reinforced by close interactions and contacts. There was little evidence of food being sold in local supermarket chains, which indicates opportunities for future research into mapping supply and demand.

Keywords | Cachoeira do Sul; family farming; market; organic food.

JEL Classification | Q12 Q15 R14.

Agricultura familiar y alimentos orgánicos en Cachoeira do Sul/RS: producción e inserción en el mercado

Resumen

La agricultura familiar brasileña se caracteriza por la heterogeneidad social, económica y productiva. Con el mercado cada vez más exigente y la preocupación por la salud, la adopción de prácticas saludables y sostenibles se ha convertido en un requisito, motivando la producción y el consumo de alimentos orgánicos. Este artículo tuvo como objetivo describir las características de la agricultura familiar que produce orgánicos en el municipio de Cachoeira do Sul. La investigación es cualitativa y cuantitativa, con la recolección de datos primarios realizada a través de un formulario semiestructurado. Se realizaron entrevistas a seis familias, cuyas motivaciones para producir están relacionadas con la preocupación por el medio ambiente, la salud, el valor agregado y la diferenciación. La mayoría de los productores tienen más de 40 años y han completado la enseñanza media. Las propiedades no superan las 24 hectáreas, cuyas principales actividades generadoras de ingresos son las verduras y frutas. Los canales de venta más utilizados son las ferias y la venta directa al consumidor, reforzada a través de interacciones y contactos de proximidad. Se evidenció que la inserción de alimentos en las cadenas de supermercados locales es limitada, lo que indica oportunidades para futuras investigaciones que involucren el mapeo de la oferta y la demanda.

Palabras clave | Agricultura familiar; alimentos orgánicos; Cachoeira do Sul; mercado.

Clasificación JEL | Q12 Q15 R14.

Introdução

A agricultura familiar é caracterizada pela categoria social que se destaca pela propriedade dos seus meios de produção, uso de mão de obra da família e capacidade de adaptação às situações diversas. Tal público foi oficialmente reconhecido apenas na década de 1990, onde passou a ser alvo de políticas públicas

específicas do Estado, cujos resultados tiveram influência da atuação de debates acadêmicos e reivindicações socialmente organizadas (Picolotto, 2014).

O marco destas transformações foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal política pública de desenvolvimento rural (Schneider; Cazella; Mattei, 2004). Com a reestruturação do Pronaf, ao passar dos anos, ocorreu um aumento de seu campo de atuação, ampliando os recursos e agricultores beneficiados. A partir daí, surgiram várias linhas de financiamento para viabilizar as atividades da agricultura familiar, tendo em vista atender a diversidade social, econômica e produtiva deste público-alvo.

O reconhecimento da agricultura familiar alcançado com as políticas públicas – tanto no aspecto produtivo quanto profissional – resultou na criação de uma lei específica. Trata-se da Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 2006) que define oficialmente este público como “categoria profissional” e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Picolotto, 2014).

Com o passar dos anos, outras políticas públicas foram criadas visando contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar. Podem ser destacados o Programa Nacional Crédito Fundiária (PNCF), que tem como principal objetivo o acesso à terra; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), esses últimos contribuindo para a ampliação da inserção nos mercados. Com as políticas públicas, os agricultores familiares viabilizaram uma série de atividades produtivas, especialmente por meio de investimentos em tecnologia, infraestrutura e equipamentos (Brasil, 2020).

Com base nos dados do último Censo Agropecuário (2017) é possível evidenciar que 77% dos estabelecimentos brasileiros são classificados como da agricultura familiar, apesar de ocupar apenas 23% da área. Esta mesma agricultura produz em torno de 70% dos alimentos que compõem a cesta básica brasileira, tendo destaque na produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças (MAPA, 2019).

No Rio Grande do Sul, 80,5% dos estabelecimentos são considerados como de agricultura familiar, cujas principais atividades considerando o valor bruto da produção são: soja, produção de leite, fumo, milho, avicultura, suinicultura, criação de bovinos, uva, mandioca e arroz (SEAPDR, 2019). O estudo ainda registra uma alta exponencial na agricultura orgânica relativa ao último Censo de 2006, concretizando ser uma oportunidade promissora de diversificação de mercados para a agricultura familiar. Inclusive, é considerada uma tendência no campo agroalimentar, impulsionada pelos movimentos sociais entre os anos 1960 e 1970, que destacavam os problemas ambientais causados pelo uso do pacote tecnológico da chamada “modernização da agricultura”. Tais movimentos incluíam integrantes

da “Igreja Católica, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), com incentivo a lutas de classes, e também aos direitos de os agricultores produzirem sem veneno” (Lúcio; Bizawu, 2023, p. 68). Na década de 1980, com o crescimento da preservação ecológica e a busca por uma alimentação saudável, houve um aumento pela procura desses alimentos, e, posteriormente, em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92, proliferou pontos de vendas de produtos naturais por todo o país (Ormond *et al.*, 2002).

A partir do Decreto nº 7.794/2012 de 20 de agosto, foi lançada no Brasil a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), entrando em vigor em 2012, com o objetivo integrar, articular e adequar políticas e programas que facilitassem a transição ecológica e produção orgânica no país (Brasil, 2021). Em 2019, o Rio Grande do Sul representou 6% da produção orgânica nacional, com 2,5 mil produtores certificados. Dos estabelecimentos que produzem orgânicos, 71,7% correspondiam à produção animal, 16,7% à vegetal e 11,5% produziam ambos (SEAPDR, 2019).

A produção orgânica é uma tendência no mercado agroalimentar, apresentando potenciais de consumo. Os consumidores estão cada vez mais reflexivos e exigentes com relação à origem do alimento, o que acaba influenciando nas mudanças produtivas na agricultura e pecuária (Dias *et al.*, 2015). Somado a tal contexto, o cenário pandêmico também estimulou o aumento da consciência da população sobre o consumo de alimentos, especialmente as preocupações ligadas à saúde e à imunidade.

O município de Cachoeira do Sul, localizado na região central do Rio Grande do Sul, apresenta tendências para a produção e o consumo de orgânicos. Tal constatação é evidenciada pelo aumento no número de famílias produtoras e o crescente interesse da população pela valorização da origem dos alimentos e da agricultura familiar. No ano de 2016, o município apresentava um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2,3 bilhões, sendo o 33º maior do Rio Grande do Sul, com Valor Adicionado Bruto (VAB) de R\$ 1.258.793.969,81 em 2017, sendo que R\$ 599,4 milhões correspondem à agropecuária (IBGE, 2017). Ainda segundo o IBGE (2017), o município possui 2.780 propriedades rurais, sendo 1.750 da agricultura familiar. Sobre a produção orgânica, o município conta com seis famílias certificadas correspondentes ao público “agricultura familiar”.

Com isso, há a necessidade de investigações sobre tal contexto, especialmente com a finalidade de compreender como está organizada a produção orgânica desenvolvida pela agricultura familiar. Tais dados podem contribuir para compreender as potencialidades, os desafios e as limitações da agricultura familiar no âmbito da produção e comercialização de alimentos orgânicos. Nesse sentido, este artigo teve como objetivo investigar sobre as características sociais e

econômicas da agricultura familiar produtora de orgânicos, destacando os seus canais de comercialização.

Para tanto, este artigo está dividido em cinco partes, a contar desta introdução. Na próxima seção serão apresentados as noções e autores que nortearam o referencial teórico. A seção três apresenta os métodos e a quatro mostra os resultados e discussões. As considerações finais são apresentadas na seção cinco.

Agricultura familiar no Brasil: diversidade social, econômica e produtiva

A agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como categoria social durante a década de 1990, quando o Estado criou a principal política pública de desenvolvimento rural: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Schneider *et al.*, 2004). Inicialmente, o Pronaf era a única política pública para a agricultura familiar, cujas ações governamentais evoluíram posteriormente para o desenvolvimento de programas com foco além do acesso ao crédito. São os casos dos programas criados nos anos 2000: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o intuito de ampliar o acesso aos mercados para este público, ao mesmo tempo em que buscam estimular o consumo de alimentos locais e atender as populações em vulnerabilidade econômica e social.

Tal reconhecimento também garantiu a criação da Lei n. 11.326, de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Também delimitou o conceito de “agricultor familiar” e “empreendedor familiar rural” como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: que não detenha, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Em 2011, foram incluídos pela Lei n. 12.512 como beneficiários da Lei da Agricultura Familiar os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores e povos indígenas (Brasil, 2020).

Ao analisar a trajetória histórica da agricultura familiar e sua evolução, Lopes (2005, p. 35), concluiu que ela sofreu modificações, “caracterizando hoje como um conjunto bastante heterogêneo de sistemas produtivos, mas, é certo que, em todos os países, ela é identificada como aquele segmento da agricultura que efetivamente constitui a base da produção agropecuária”. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) compreendem a agricultura familiar pelas seguintes características: “a

gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes” (Lopes, 2005, p. 35).

Considerando os aspectos teóricos e normativos, é consenso entre eles que a diversidade é uma característica da agricultura familiar brasileira. Tal aspecto influenciou a própria evolução do Pronaf, que passou a incluir linhas de investimentos específicas para contemplar a produção agroecológica e sustentável. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) é outra política vinculada principalmente à agricultura familiar. O seu desenvolvimento se deu a partir de um longo processo de mobilização por parte da sociedade que questionava o modelo conservador de modernização da agricultura, baseado no uso intensivo de tecnologias industriais e seus impactos sociais e ambientais (Sambuichi *et al.*, 2012). A partir do Decreto Presidencial nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, a Pnapo tem como o objetivo conforme o Art. 1º (Brasil, 2012): “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis”.

Ainda entre as suas diretrizes, no Art. 3º, inciso IV o Decreto nº 7.794 traz a “promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006” (Brasil, 2012). A partir disso, o Brasil tornou-se o primeiro país a criar uma política de estado específica para o incentivo à agroecologia e à produção orgânica.

Esse marco teve repercussões internacionais, já que a PNAPO foi oficialmente reconhecida pela FAO no ano de 2018 ao receber o “Prêmio de Políticas para o Futuro” (*Future Policy Awards*). O reconhecimento deveu-se ao potencial da política como um instrumento de promoção da agricultura sustentável. Para atingir essa finalidade, a política conta com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), criado em 2012. Uma das principais ações consistia na criação de um programa nacional específico para a redução de agrotóxicos, que não chegou a ser concretizado (Brasil, 2023).

No entanto, com a extinção da Comissão e da Câmara de Agroecologia e Produção Orgânica em 2019, a PNAPO foi desativada, passando a ser reconstituída somente em meados de 2023, com o objetivo de retomar as ações de promoção do desenvolvimento sustentável. A versão revisada ampliou a participação social no processo de gestão da política, além de contemplar questões como assistência técnica, extensão rural e promoção da alimentação adequada e saudável (Brasil, 2023).

Apesar da limitação de apoio e incentivos governamentais, a agricultura orgânica é uma atividade que vem crescendo de forma eficiente dentro da agricultura familiar, servindo como forma de estratégia de alocação de recursos, visando um maior retorno financeiro (Caumo *et al.*, 2014). A produção de base ecológica pode ser considerada uma oportunidade econômica e social, possibilitando novos canais de comercialização à agricultura familiar (Kerber; Abreu, 2010). De acordo com Vargas (2012), os canais de comercialização dos produtos orgânicos são fontes de informação e de conscientização de novos hábitos. Atualmente, a comercialização dos produtos orgânicos no Brasil é feita por meio de feiras ecológicas, varejo, supermercados, lojas de produtos naturais, restaurantes, entregas em domicílio e vendas diretas e outra parte destina-se à exportação para países desenvolvidos.

Os produtos orgânicos atendem um segmento seletivo, um mercado específico, com um público que se dispõe a pagar um valor maior por um produto mais saudável, diferente do mercado de “*commodities*”. Um fenômeno que facilita a inserção desses pequenos produtores nas redes de comercialização é por meio de associações e cooperativas, o que auxilia em ações de *marketing* e a implantação de selos de qualidade, como também a gestão de vendas e produção (Campanhola; Valarini, 2001).

Apesar do espaço que o comércio de produtos orgânicos vem ganhando, ele ainda não se compara com os convencionais. Em países como no Brasil, de baixa renda, o fraco consumo dos orgânicos está relacionado à falta de conscientização e aos altos preços cobrados em muitos estabelecimentos. Sendo, ainda, os produtos orgânicos fortemente afetados pela elasticidade-preço da demanda (Vargas, 2012).

A agricultura orgânica segue um conjunto de normativas e regras para a produção e comercialização dos seus produtos, estas válidas em âmbitos nacional e internacional. É vista como uma oportunidade de inserção no mercado de pequenos agricultores com agregação de valor ao seu produto (Codinho, 2013). A produção, processamento, rotulagem e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil são regidos pela Lei 10.831/03, pelo Decreto 6323/07 e diversas instruções normativas específicas, abrangendo todos os produtos primários ou processados que serão comercializados como orgânicos no território brasileiro, sejam eles produzidos no Brasil ou no exterior. As normas definem as exigências a serem cumpridas por todos os produtores, processadores ou comercializadores de produtos orgânicos, sendo a rastreabilidade orgânica de toda a cadeia produtiva a principal característica a ser respeitada (Ecocert, 2020).

A Ecocert (2020) esclarece que os produtos certificados devem obrigatoriamente apresentar nos seus rótulos ou etiquetas o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Ainda conforme o Organismo de Inspeção e certificação (Ecocert), o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) estabelece que para a venda de produtos orgânicos têm três possibilidades

estabelecidas pelo regulamento: a venda direta ao consumidor; os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e a certificação por auditoria.

Um balanço feito pela Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (Ifoam), o mercado global de orgânicos sob a liderança dos Estados Unidos, Alemanha, França e China, movimentou o volume recorde de US\$ 97 bilhões em 2017. De acordo com a federação internacional, estão identificados cerca de 3 milhões de produtores orgânicos em um universo de 181 países. A agricultura orgânica cresceu em todos os continentes atingindo área recorde de cerca de 70 milhões de hectares (MAPA, 2019).

Segundo os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no Brasil o número de produtores orgânicos registrados juntos ao órgão alcançou a marca de 17,7 mil em 2019, enquanto o número de unidades registradas atingiu a marca de 22 mil, alcançando um crescimento de 200% em menos de uma década (Organicsnet, 2019). Ainda conforme a Ifoam, em 2017, o Brasil era apontado como líder do mercado de orgânicos da América Latina. Contudo, quando se leva em consideração a extensão de terra destinada à agricultura orgânica, o país fica em terceiro lugar na região, depois da Argentina e do Uruguai, e em 12º no mundo (MAPA, 2019).

Um levantamento feito pela Organis¹, o percentual de consumo de produtos orgânicos no Brasil é de 15%. O Sul e o Centro-Oeste foram as regiões apontadas como maiores consumidoras de orgânicos no país e o Sudeste apresentou o menor percentual de consumo, 10%. Os dados são de 2017, quando foi divulgada a única pesquisa feita sobre a percepção do consumo de orgânicos no Brasil (MAPA, 2019).

De acordo com o estudo, as verduras lideram entre os alimentos orgânicos mais consumidos no país, com destaque para alface, rúcula e brócolis. Em seguida, os consumidores também preferem opções orgânicas de legumes, frutas (como banana e maçã) e cereais, como o arroz (MAPA, 2019).

No Rio Grande do Sul, segundo os dados da revista Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2019, produzida pelo Ministério da Agricultura, o setor orgânico gerou, em conjunto a agricultura, pecuária, serviços e indústria, uma receita de R\$ 179 bilhões, que representa 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Contabilizou 2,5 mil produtores certificados e representou 6% da produção nacional. Neste cenário, 71,7% das propriedades que cultivam orgânicos se dedicam à produção vegetal, 16,7% à animal, e 11,5% para ambos. Entre os principais produtos estão tomate, cebola, laranja, cenoura e banana. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca ainda que o Rio Grande do Sul lidera a produção de arroz orgânico,

¹ Associação de Promoção da Produção Orgânica e Sustentável – entidade sem fins lucrativos, que trabalha para divulgar os conceitos e as práticas orgânicas. Promove marcas associadas estabelece fortes relacionamentos com o mercado.

respondendo por cerca de 8,3 milhões de toneladas dos 11,7 milhões de toneladas de arroz produzidas no Brasil no ano de 2019.

Metodologia

A pesquisa foi caracterizada como qualitativa, com a coleta de dados primários, realizada por meio de formulário, com questões abertas e fechadas. O formulário foi inserido na plataforma *Google Forms*, tendo em vista viabilizar a coleta de informações, especialmente por conta da pandemia do Coronavírus. O *link* foi compartilhado pelo contato de *Whatsapp* dos produtores rurais, os quais foram obtidos com as organizações sociais e agentes de assistência técnica e extensão rural. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa no IBGE, utilizando a plataforma SIDRA e o município conta com cinco famílias que produzem orgânicos. Durante o levantamento dos dados constatou-se que mais uma família recebeu a certificação, totalizando seis famílias. A definição de agricultura familiar utilizada na pesquisa seguiu os critérios apresentados na Lei 11.326 de 2006.

Portanto, a amostra contemplou a totalidade de agricultores familiares envolvidos na produção orgânica no município de Cachoeira do Sul. A amostra, portanto, foi caracterizada como dirigida, já que teve a finalidade de compreender sobre um público-alvo específico, em conformidade ao objetivo da pesquisa. O formulário foi dividido em cinco partes: perfil social econômico e produtivo; produção orgânica; gestão e organização produtiva; políticas públicas de incentivo ao produtor; mercados e canais de comercialização. Os dados foram analisados de forma qualitativa, utilizando o programa Microsoft Excel para a confecção de tabelas, gráficos e figuras, além da organização das informações.

Resultados e discussões

Os resultados e as discussões estão divididos em três tópicos, a saber: características sociais e econômicas da agricultura familiar produtora de orgânicos; motivações e desafios para a produção orgânica em Cachoeira do Sul; e canais de comercialização e perspectivas de inserção nos mercados.

Características sociais e econômicas da agricultura familiar produtora de orgânicos

Considerando o total de estabelecimentos da agricultura familiar no município (em torno de 2 mil), é baixo o número de produtores que se dedicam à produção orgânica e que possuem certificação (0,3%). Uma das limitações pode estar atrelada

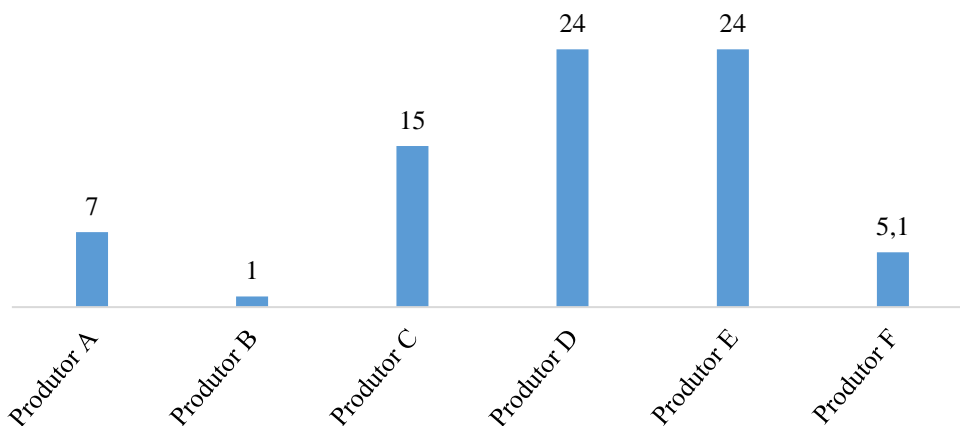
ao contexto institucional, cujos investimentos em políticas e programas específicos para essa atividade foram reduzidos nos últimos anos. Sobre o perfil dos agricultores, a maioria possui mais de 40 anos, sendo que três possuem entre 40 e 50 anos, um acima de 50 anos e dois entre 25 e 35 anos.

Quanto ao grau de escolaridade, três têm ensino médio completo, um tem pós-graduação, um possui ensino fundamental completo e um ensino fundamental incompleto. Nesse sentido, observa-se que mais da metade dos produtores possui pelo menos o ensino médio completo, uma realidade diferente da escolaridade da população brasileira rural que em 2019, segundo Nascimento (2019), a média de estudo era de 10 anos. Sendo que a partir de 2016, para completar o ensino fundamental, são necessários nove anos, demonstrando assim, que os produtores orgânicos se diferenciam também pela escolaridade.

Nakao *et al.* (2020), também identificou em seu estudo com agricultores orgânicos no Território Noroeste Paulista, que 38,5% dos agricultores possuem ensino médio completo, 23,1% ensino superior completo, enquanto apenas 23,1% ensino fundamental incompleto, corroborando com este estudo que mostra que a taxa de escolaridade dos agricultores orgânicos é mais elevada. Quanto ao gênero, verificou-se que entre os produtores entrevistados, cinco são do sexo masculino e apenas um é feminino. Vale ressaltar que algumas das propriedades são geridas pelo casal, onde ambos assumem tarefas e compartilham o trabalho e as decisões são tomadas em conjunto.

Em relação ao tamanho da propriedade dos produtores orgânicos entrevistados, três são constituídas por áreas com mais de dez hectares e três com menos de oito hectares, o que evidencia que a prática da agricultura orgânica é caracterizada pela produção em pequenas áreas, que variam de 1 hectare e 24 hectares, conforme o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Área das propriedades (hectares)



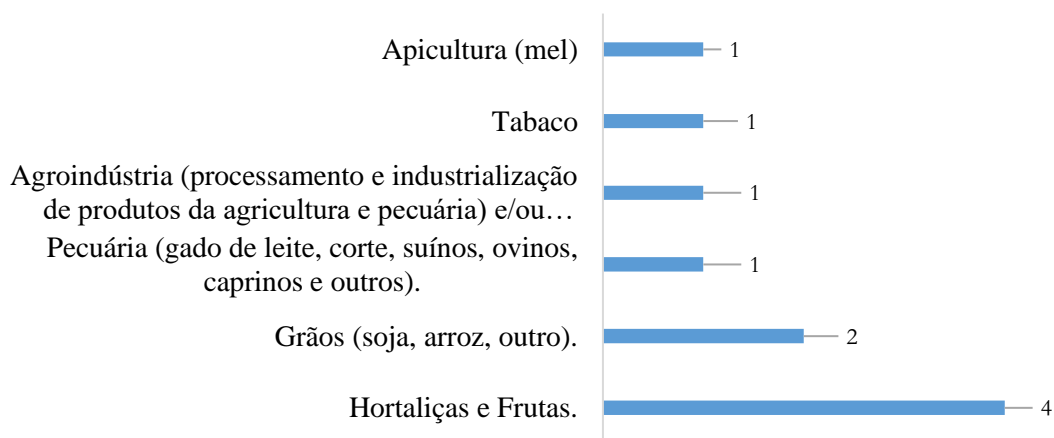
Fonte: Dados da pesquisa.

Os produtores orgânicos estão localizados no interior do município de Cachoeira do Sul de forma bem distribuída, de norte ao sul. As unidades produtoras estão todas situadas nos distritos do interior do município, algumas fazem limite com outras regiões, como no caso da propriedade localizada em Taboão, no distrito de Três Vendas, próximo do município de Novo Cabrais. As unidades localizadas em Piquiri e Alto do Irapuá, distrito de Cordilheira, que faz limite com Encruzilhada do Sul, o que possibilita a esses produtores a venda de seus produtos para as cidades vizinhas. Uma terceira unidade produtiva também está localizada no distrito de Cordilheira, porém, na região mais central do município. As demais propriedades estão localizadas no distrito do Bosque, uma na região central do distrito e a outra na comunidade de Enforcados.

Referente às funções que assumem na propriedade, onde cada um poderia citar mais de uma, “ser proprietário” foi citado por três produtores, um produtor declarou ser arrendatário. Além destas funções, quatro relataram que trabalham na comercialização, na execução das tarefas de produção e na administração da unidade produtiva. Nesse sentido, observa-se que o produtor assume várias funções dentro da propriedade. Esta é uma característica do agricultor familiar, onde as tarefas são exercidas predominantemente por membros da família.

Quanto à principal atividade geradora de renda das propriedades, dentre as culturas citadas destacam-se o cultivo de hortaliças e frutas cultivadas por quatro produtores, grãos (citado por dois agricultores), produtos agroindustrializados (citado uma vez), tabaco e apicultura também foram atividades citadas, cada uma por um produtor (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Atividades geradoras de renda



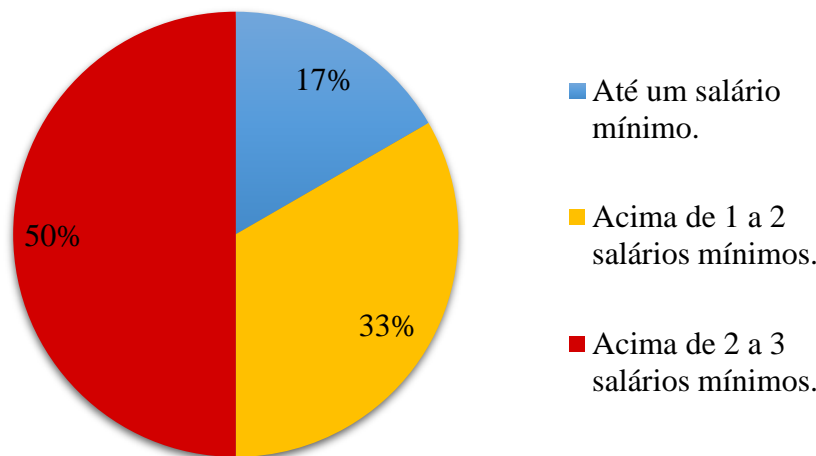
Fonte: Dados da pesquisa.

A partir desses dados, é possível observar que há pouca diversidade de produtos feitos pelos agricultores do município, onde destacam-se as hortaliças e os grãos como os principais. Em estudo de Martinez e Peil (2010), realizado com produtores

agroecológicos da Cooperativa Sul Ecológica, em Pelotas (RS), verificou-se que dentre os dez produtos cultivados em maior volume pelos associados, sete são classificados como hortaliças, seguida pelos grãos (arroz e feijão). O autor cita ser comum a produção principalmente de itens básicos por agricultores familiares. Corroborando com um estudo realizado por Padovan *et al.* (2017), onde os principais produtos oriundos das propriedades sob o manejo orgânico em Mato Grosso do Sul são: hortaliças (63%), frutas em geral (47%) e milho (35%).

Em termos de composição de renda mensal familiar, 50% (três) dos produtores declaram ser acima de dois a três salários-mínimos, 33% (dois) relataram ser acima de um a dois salários-mínimos, e 17% (um) até um salário-mínimo, conforme o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa

Vasconcelos (2018), em sua pesquisa realizada em Feiras Agroecológicas da cidade de João Pessoa (PB) encontrou resultados semelhantes. A pesquisa foi realizada na Associação Ecosul, com 15 entrevistados, onde um agricultor (6,67%) afirmou receber até um salário-mínimo mensal, nove (60%) em torno de um a dois salários, e cinco (33,3%) de dois a três salários. Corroborando, desta forma, com este estudo, onde a renda dos agricultores não ultrapassa três salários-mínimos.

Em relação à assistência técnica, cinco dos entrevistados têm acesso a este serviço, e apenas um dos seis produtores entrevistados declarou não receber nenhum tipo de assistência técnica.

O número de pessoas que residem nas propriedades e compartilham a renda variam de um até cinco pessoas por família. Observa-se que algumas das famílias da

pesquisa têm filhos menores de idade, sendo composta por mais de duas pessoas que residem e compartilham renda na propriedade, porém não atuam na produção. Outras duas unidades são compostas por apenas uma pessoa residente na propriedade. Em relação à contratação de mão de obra externa, três dos produtores declararam que não contratam, enquanto outros três relataram aderir a esse tipo de auxílio. A contratação de mão de obra se faz necessária devido à demanda de serviço em alguns períodos da produção, como no momento do plantio ou da colheita, não sendo suficiente a mão de obra familiar para suprir as necessidades do cultivo.

Motivações e desafios para a produção orgânica em Cachoeira do Sul

Em relação ao tempo que as famílias trabalham com orgânicos, verificou-se que quatro produtores – o que representa mais da metade – possui uma inserção recente nesse ramo, possuindo menos de 10 anos na atividade, outros dois entrevistados declararam ter mais de 10 anos de experiência.

Observa-se que nenhum dos entrevistados possui mais de duas décadas na produção orgânica, situação que pode estar relacionada com o tempo de cultivo, especialmente com o aumento da demanda pelos produtos nos últimos anos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a venda de produtos orgânicos no varejo aumentou entre 2000 e 2017 em média 11%. O mesmo instituto ainda indica que a demanda crescente por alimentos saudáveis nos últimos 20 anos levou ao aumento da área plantada, a inserção de novos produtores no sistema de cultivo e maior volume de alimentos produzidos no Brasil.

Para a escolha do alimento que seria produzido na propriedade, alguns fatores foram levados em consideração pelos agricultores familiares. Quatro deles relataram que a escolha considerou a opinião da família sobre o que produzir. A condição do solo, clima e espaço disponível também foram aspectos citados por quatro produtores. Para a escolha do que produzir, quatro produtores citaram a realização do estudo de mercado que auxiliou na definição sobre quais alimentos seriam plantados. Entre os fatores, o conhecimento técnico do produtor/família foi levado em consideração por três dos entrevistados no momento da escolha. Um agricultor mencionou que parte do projeto foi desenvolvido especificamente para atender uma feira.

Em relação à motivação para produzir orgânicos, os fatores citados por três dos produtores foram: a preocupação com meio ambiente, futuras gerações e a possibilidade de usufruir da terra e seus benefícios; o interesse por consumo de alimentos saudáveis pelos clientes e da pela sociedade; além de oferecer um produto diferenciado e de qualidade ao mercado. Outra razão mencionada por um dos entrevistados foi o interesse na agregação de valor ao produto produzido, o nicho de mercado e possibilidade de retorno financeiro. Outro motivo apontado por um dos agricultores foi “tratar-se de uma filosofia de vida”. Percebe-se, portanto, que

entre os entrevistados os principais fatores levados em consideração é a promoção do meio ambiente e da saúde. Corroborando com os estudos realizados por Santos *et al* (2020), onde os produtores relataram ser a saúde e o meio ambiente os principais motivos que os conduziram a produzir orgânicos em Sergipe.

Quanto à certificação, os seis produtores declaram possuir Sistema Participativo de Garantia (SPG), obtido por meio da participação das famílias nas organizações sociais da região, especialmente o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa). Conforme Hirata (2020), o Brasil foi o pioneiro no reconhecimento legal por SPGs, sendo referência mundial, em sua pesquisa realizada em 2019, a autora relata que a Região Sul é que possui o maior número de agricultores certificados pelo sistema participativo. A certificação participativa é um modelo inclusivo com benefícios de aspectos sociais, sendo mais adequada à realidade da agricultura familiar, tendo menor custo e maior autonomia (Hirata, 2020).

Quanto aos alimentos industrializados, três produtores relataram não possuir nenhum registro, dois citaram possuir registro na Vigilância da Saúde do município, um declarou possuir o Selo Sabor Gaúcho e um produtor mencionou possuir registro no Sistema de Inspeção Estadual.

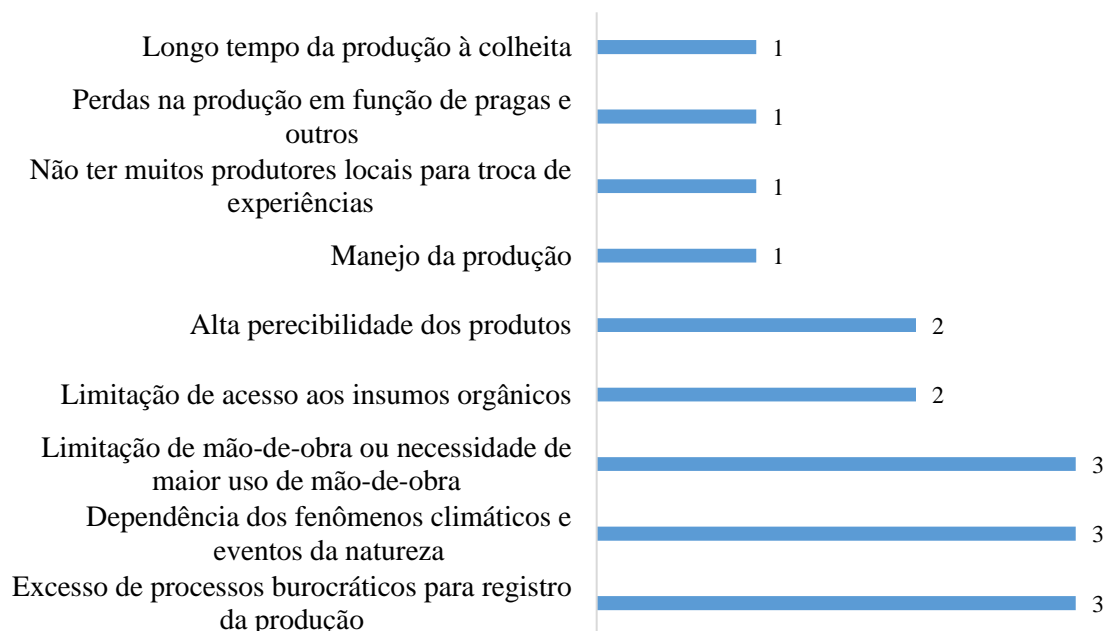
Com referência à continuidade da produção de orgânicos, cinco produtores relataram que pretendem continuar, porém, se especializar em apenas alguns produtos, um produtor mencionou que pretende continuar, mas projeta aumentar e ampliar o volume, assim como a diversidade de produtos orgânicos. Nesse sentido, todos os entrevistados afirmaram que pretendem continuar produzindo produtos agroecológicos/orgânicos. Corroborando com uma pesquisa realizada em Lajeado (RS), onde os produtores consideram a alimentação saudável, a preservação do meio ambiente, o menor custo de produção, e o fato de gostarem do que fazem como principais justificativas para a continuidade (Kist, 2018).

Quando questionados sobre o grau de satisfação com a renda obtida com a produção de orgânicos, três dos entrevistados relataram estar “nem satisfeito, nem insatisfeitos” com o retorno financeiro, e três apontaram estarem “muito satisfeitos” com a renda proveniente da venda de orgânicos. Conforme as respostas dos entrevistados, o retorno financeiro planejado no início da produção orgânica foi obtido por três dos produtores de forma imediata, dois relataram ter alcançado o retorno planejado a partir de três a quatro anos de produção, e apenas um mencionou ainda não ter obtido o retorno financeiro proposto no planejamento.

Interrogados sobre as dificuldades de gestão na realidade da produção orgânica, três produtores citaram as complicações no processo burocrático para o registro da produção, a dependência dos fenômenos climáticos e eventos da natureza e a limitação de mão de obra ou a necessidade de maior uso dela. Outras dificuldades encontradas e citadas por dois produtores são a alta perecibilidade dos produtos e a limitação ao acesso aos insumos orgânicos. Também foram citados obstáculos encontrados no manejo da produção, como perdas na produção em função de

pragas e demais adventos e a falta de mais produtores locais para troca de experiências, conforme pode ser verificado no Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4 - Dificuldades de gestão na produção



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao acesso aos programas e políticas públicas, dois dos entrevistados relataram já ter acessado o Pronaf, dois apontaram participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e um do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa Crédito Fundiário foi acessado por um agricultor, e um outro mencionou nunca ter acessado políticas públicas e programas. Em relação à satisfação com as políticas públicas acessadas, quatro dos entrevistados relataram estar “nem satisfeito, nem insatisfeito”, um se diz “satisfeito” e um “muito satisfeito” a respeito à sua participação aos programas. Oltramari *et al.* (2002), ao medir o nível de satisfação dos agricultores de orgânicos de Santa Catarina com o Pronaf, 65% avaliaram o programa como bom e 25% como regular, segundo o autor, resultados semelhantes foram observados nas respostas dos agricultores que não receberam o crédito.

Ao argumentar sobre as contribuições que os programas e políticas públicas tiveram na comercialização ou produção do cultivo de orgânicos, as respostas foram diversas. Para cinco produtores as contribuições foram diversas, auxiliando na ampliação do projeto, deslocamento, nas vendas, na instalação da energia solar até a ampliação da propriedade. Questionados sobre o acesso à linha de crédito Pronaf, especificamente em que sentido o programa contribuiu para a produção, três

entrevistados mencionaram nunca terem acessado o programa, dois deles relataram ter auxiliado na aquisição de maquinários, dois apontaram ter contribuído na ampliação da propriedade e um agricultor relatou ter custeado a produção.

Quando questionados sobre a sucessão familiar “se ela é uma expectativa”, três dos produtores relatam não concordar nem discordar da afirmação, dois apontam concordar parcialmente, e apenas um concorda plenamente que a sucessão familiar irá acontecer na propriedade.

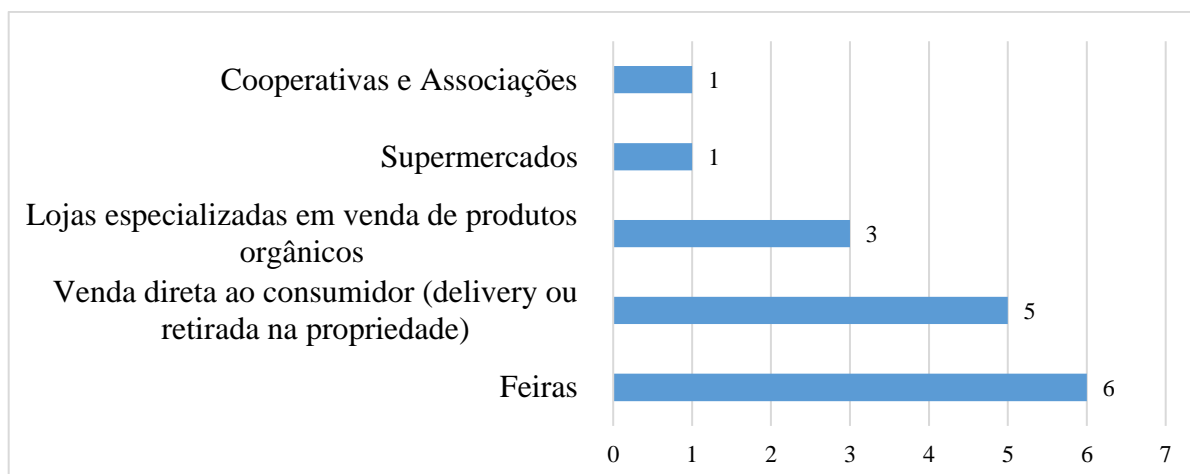
Canais de comercialização e perspectivas de inserção nos mercados

Quanto à inserção nos mercados, dois produtores relataram que comercializam os seus produtos no município e região. Outros dois agricultores mencionaram que a comercialização das suas produções é realizada no município, região e demais cidades do Rio Grande do Sul. Somente um agricultor afirmou que a comercialização de seus produtos é realizada no município, na região, em outras localidades do Rio Grande do Sul e em outros estados do país, e um produtor informou que sua comercialização é apenas realizada em outras cidades do Rio Grande do Sul.

Em relação ao preço do seu produto, três dos produtores relataram não estarem “nem satisfeito nem insatisfeito” com valor pago a eles, dois dos agricultores se mostraram satisfeitos com preço e apenas um mencionou que está “muito satisfeito” com valor pago.

Referente aos canais de comercialização utilizados pelos entrevistados, seis citaram as “feiras”, cinco produtores citaram a “venda direta ao consumidor” (*delivery* ou retirada do produto na propriedade), e “lojas especializadas em venda orgânicas” foi citada três agricultores. As redes de supermercados foram citadas por um dos agricultores, e um mencionou “cooperativas e associações”.

Gráfico 5 - Canais de comercialização



Fonte: Dados da pesquisa

Uma pesquisa realizada pelo Sebrae no ano de 2018 com produtores orgânicos no Brasil, mostra a semelhança nos principais canais de comercialização utilizados, trazendo como principal a venda direta ao consumidor (72%), e, em segundo lugar as feiras, com 55%.

Questionados sobre os canais de comercialização citados anteriormente, com o objetivo de identificar o principal em vendas e retorno financeiro, quatro dos produtores citaram as feiras como o principal ponto de comercialização, um mencionou ser as lojas especializadas em vendas orgânicas e um apontou ser as vendas diretas com o consumidor, com a entrega de alimentos em casa no formato *delivery*. O formato de vendas por meio de encomendas e entregas nas residências dos consumidores teve um crescimento significativo no período da pandemia no município, onde os valores das vendas chegaram a atingir até três vezes mais comparados à comercialização nas feiras locais e regionais, especialmente no período de fechamento do comércio.

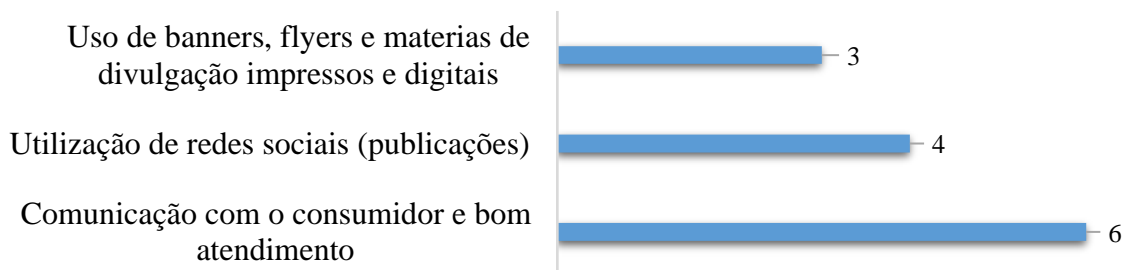
Um dos principais motivos para a preferência por feiras por parte dos produtores pode estar associado ao melhor preço que recebem na venda direta, além da interação com os consumidores, já que o contato direto facilita na identificação das demandas (Oliveira, 2016).

Questionados sobre a oferta de seus produtos nas redes de supermercados na cidade de Cachoeira do Sul, cinco produtores relataram não ser possível encontrar em nenhum estabelecimento comercial de supermercados no município os seus produtos, apenas um agricultor apontou ser possível encontrar os seus produtos na rede de supermercados Imec. Observa-se que a realidade dos produtores orgânicos do município com a pouca e até inexistente oferta de seus produtos nas redes de supermercados vai contrária à realidade do restante do país. Uma pesquisa realizada pela Associação de Promoção da Produção Orgânica e Sustentável (Organis)

apresentada em 2017, no Brasil, concluiu que o principal canal de vendas dos produtos orgânicos são os supermercados. No entanto, é pertinente considerar que os produtores locais podem não ter produção suficiente para atender à demanda, o que justifica a baixa participação nos canais de comercialização que exigem produção em larga escala, como é o caso dos supermercados.

Quanto às estratégias de comercialização utilizadas na venda, a mais citada pelos produtores foi a comunicação com o consumidor e o bom atendimento, sendo lembrada por seis dos entrevistados. Já a utilização de redes sociais foi citada por quatro agricultores, e três apontaram utilizar de banner, *flyer* e materiais de divulgação impressos e digitais como estratégias de comercialização. Tais dados estão apresentados no Gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6 - Estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores

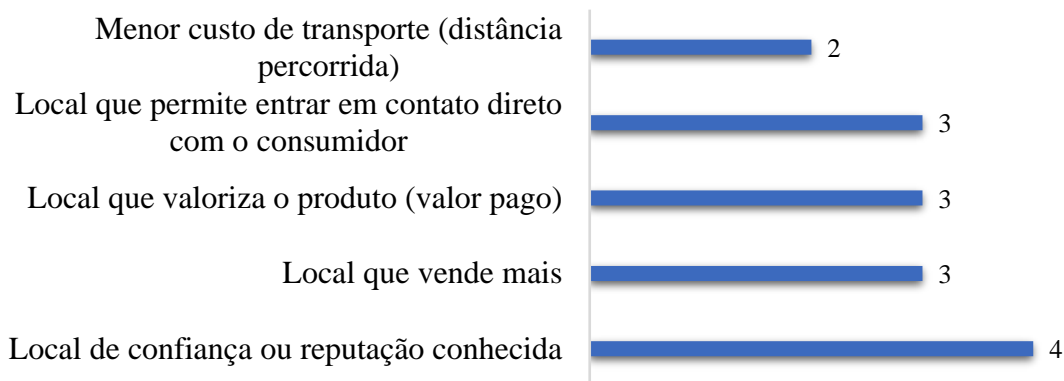


Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme Oliveira (2014), a negociação direta entre consumidor e produtor passa maior confiança ao cliente, garantindo que o alimento realmente é produzido com manejo orgânico. O consumidor influenciado pela proximidade e o contato com o produtor acaba aceitando a garantia. Por meio da comunicação e bom relacionamento, o agricultor cria vínculo com o consumidor, gerando confiança e credibilidade, fidelizando o cliente, podendo ser este o motivo de que 100% dos entrevistados citaram a “comunicação com o consumidor e bem atendimento” como a estratégia mais utilizada na comercialização dos seus produtos.

Questionados sobre quais fatores são considerados para a escolha do canal de comercialização (especialmente os indiretos), quatro produtores citaram a importância de o local ser de confiança ou reputação conhecida. Outras opções consideradas como oportunidades citadas por três agricultores foram: a venda em local que reconhece o “valor do produto”; local que permite contato direto com o consumidor; e local que “vende mais”. Dois produtores mencionaram levar em consideração como oportunidades os canais com menor custo de transporte, conforme o Gráfico 7, a seguir:

Gráfico 7 - Fatores para a escolha do canal de comercialização



Fonte: Dados da pesquisa.

Questionados sobre a comercialização de produtos que não são produção própria, 83% dos produtores relataram não revender itens de outros agricultores, 17% mencionaram comercializar farinhas, sucos e arroz orgânicos provenientes de cooperativas agroecológicas parceiras. Sobre o que leva o consumidor a preferir alimentos orgânicos e/ou agroecológicos ao invés dos convencionais, um produtor preferiu não responder. Os demais produtores citaram a mudança de hábitos alimentares, preservando a saúde, com a procura por alimentos saudáveis e com procedência confiável.

Interpelados quanto às dificuldades encontradas para comercializar os seus produtos, quatro produtores relataram não ter dificuldades, um agricultor declarou não possuir obstáculos, porém considera o mercado local muito restrito, e um produtor aponta limitações para ingressar nas redes de supermercados como um obstáculo, juntamente com o custo elevado e a falta de hábito dos consumidores. Observa-se que, apesar da maioria dos produtores declarar que não possui dificuldades de comercializar os seus produtos, dois acabaram citando a dificuldade e restrições para ingressarem nas redes de supermercados do município. Conforme Carvalho (2014), a entrada em supermercados é um processo complexo, necessitando transformações do setor produtivo e logístico, para um constante abastecimento. Esse sistema por vezes exclui pequenos agricultores que necessitam entrar em associações para poderem suprir a demanda e os investimentos em logísticas e oferta de cesta de produtos (Wilkinson, 2003).

Considerações finais

Este artigo abordou as características dos agricultores familiares que produzem orgânicos em Cachoeira do Sul, destacando as suas motivações, desafios, os canais de comercialização e perspectivas de inserção nos mercados.

O público que produz orgânicos possui idade que varia de 28 e 51 anos, sendo que a maioria dos agricultores assume todas as tarefas nas propriedades, tendo responsabilidades desde a produção até a comercialização do produto. Destaca-se a intensidade do emprego da mão de obra da família, sendo que um dos entraves é a escassez, especialmente nos períodos que exigem maior trabalho, como o plantio e colheita.

A oferta de produtos é diversa por estes produtores, desde hortigranjeiros, industrializados, como também a produção de tabaco orgânico, todos possuindo certificação participativa, mostrando o potencial produtivo existente no município. Relacionado à continuidade da produção orgânica, todos mencionaram que pretendem permanecer, alguns relataram vontade de se especializar em alguns produtos específicos, enquanto outros em investir na diversificação dos itens oferecidos. Demonstrando, assim, que, apesar das dificuldades e baixo retorno financeiro declarado por eles, a produção ainda se torna viável.

Percebe-se que a falta de informação e os processos burocráticos são os maiores empecilhos no acesso de programas e políticas públicas por parte destes produtores. Dos seis produtores apenas dois tiveram acesso ao Pronaf. O que mais chama atenção é que nenhum acessou a linha específica para o cultivo deste tipo de produção, o Pronaf Ecologia. Nesse sentido, pode-se observar que há limitações quanto ao acesso às políticas e programas específicos. Alguns produtores participam de programas institucionais, como o PAA e PNAE, um produtor já acessou o Crédito Fundiário. Entre os relatos de contribuição dos programas estão auxílio no deslocamento, ampliação da propriedade e no projeto. Apesar disso, nenhum apresentou expectativas futuras em acessar os demais programas governamentais. Relacionando tais constatações com os marcos legais e institucionais da produção orgânica no país, é necessário que o cenário brasileiro evolua para a consolidação de políticas e programas de fomento à agricultura sustentável.

Os principais canais de comercialização destes produtores são as feiras e a venda direta ao consumidor, mostrando a preferência ainda pelo contato direto com os mesmos, a partir da confiança e fidelidade. A característica do mercado da agricultura familiar que produz orgânicos é marcada pelas relações próximas com os consumidores, as quais fortalecem os seus objetivos de troca de conhecimentos, divulgação do seu trabalho e possibilidade de mudanças de consciência ambiental e/ou sustentável.

No entanto, o município ainda carece de opção de comercialização direta com o consumidor específica para atender os produtores de orgânicos. Por essa razão, um dos produtores comercializa apenas em outras cidades, enquanto outros têm atuado em feiras fora do município, justificado por melhores oportunidades de comercialização e valorização dos seus produtos em outras regiões. As dificuldades relatadas para inserir as mercadorias nos supermercados locais podem estar relacionadas à produção em pequena escala, cujo dado não foi obtido na pesquisa.

Tal contexto sinaliza a realização de novas investigações sobre o mapeamento quantitativo da oferta e das possibilidades de produções futuras referentes às propriedades familiares com foco em orgânicos. Considerando esta última assertiva, é pertinente incluir análises que possam também relacionar o impacto dos marcos legais e institucionais para o fomento e/ou limitação da produção orgânica local e regional.

Referências

BRASIL, **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL, **Lei 10.831/03, pelo Decreto 6323/07**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Portaria nº 133, de 15 de outubro de 2020. **Regulamento operativo do fundo de terras e da reforma agrária e do subprograma de combate à pobreza rural**. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-133-de-15-de-outubro-de-2020-283217168. Acesso em: 1 nov. 2020.

BRASIL AGROECOLÓGICO. **Pnapo, 2012**. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/politica#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Agroecologia,possibilitando%20melhoria%20de%20qualidade%20de>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Secretaria Geral. **Governo retoma política nacional de agroecologia e produção orgânica**, 28 de junho de 2023. Disponível em <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/junho/governo-retoma-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL, **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 1 nov. 2020

CARVALHO, R. de. Desafios para a produção orgânica do ERJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/cdf.2014.11536>

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 8, n. 3, p. 69-101, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2001.v18.8851>

CAUMO, A.J; STADUTO, J.A.R. Produção Orgânica: uma alternativa na agricultura familiar. **Revista Capital Científico**, v. 12, n. 2, abr./jun. 2014. DOI: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2346/2200>

CODONHO, C. G. **Ser orgânico: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais.** 2013. 291p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ECOCERT. **Organismo de Inspeção e certificação a serviço do homem e do meio ambiente. Regulamento Orgânico Brasileiro (BR) LEI 10.831/2003.** Disponível em: <http://brazil.ecocert.com/regulamento-brasil-br-lei-10831-2003>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DIAS, V. V.; SCHULTZ, G.; SCHUSTER, M. S.; TALAMINI, E.; RÉVILLION, J. P. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 161-182, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC841V1812015en>

HIRATA, A. R. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências.** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. 226 p.

IBGE. **Cidades- Cachoeira do Sul (2017).** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IBGE. **Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>> Acesso em: 20 jul. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Demanda crescente estimula a produção orgânica no Brasil e no mundo:** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35326&catid=10&Itemid=9. Acesso em: 20 jul. 2020.

KERBER, M.; ABREU, L. S. Trajetórias de transição dos produtores de base ecológica de Ibiúna/SP e indicadores sociais de sustentabilidade. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 1, p. 1-37, jun. 2010.

KIST, J. I. **Motivações e dificuldades na agroecologia**: ações de melhorias para a gestão da produção e comercialização de alimentos orgânicos. Dissertação (Mestrado em Sistemas Ambientais Sustentáveis) – Universidade do Vale do Taquari, Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais Sustentáveis, Lajeado/RS, 2018.

LÚCIO, A. S.; BIZAWU, S. K. Práticas Agroecológicas: desafios de uma gestão sustentável. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, n. 2, v. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/riepex/article/view/695>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 2 jul. 2020.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Alimentos orgânicos renderam R\$ 4 bilhões a produtores brasileiros em 2018**. Disponível em: <http://antigo.agricultura.gov.br/noticias/mercado-brasileiro-de-organicos-fatura-r-4-bilhoes>. Acesso em: 5 ago. 2020.

MARTINEZ, Á. M.; PEIL, R. M. N. Caracterização da comercialização e da diversidade da produção dos agricultores familiares associados à cooperativa sul ecológica. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v. 16, n. 1-4, p. 149-152, jan./dez. 2010.

NAKAO, D. C. C.; SAN'TANA, A. L. Certificação e circuitos curtos, caminhos possíveis para a sustentabilidade da agricultura familiar? O caso dos produtores de orgânicos do Território Noroeste Paulista. *Revista Guaju*, v. 6, n. 1, p. 86-106, jan./jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v6i1.72745>

NASCIMENTO, C. P., CASTRO, C. N. de. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **IPEA, boletim regional, urbano e ambiental**, v. 21, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, P. S; MARJOOTA-MAISTRO, M. C. Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do leste paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 3, p. 81-103, set./dez. 2016. Disponível em:

<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2515>. Acesso em: 4 nov. 2020.

OLTRAMARI, A.C.; ZOLDAN, P.; ALTMANN, R. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa, 2002. 55p.

ORGANIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil**: primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos, 2017. Disponível em: <https://www.organicsnewsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Organicos-no-Brasil-Palestra-07Jun-1.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

ORMOND, J. G. P. *et al.* Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

PADOVAN, M. P.; GOMES, J. B. P.; PADOVAN, D. S. da S. Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v22i3.5312>

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 63-84, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011. 289 f.

SANTOS, J. C; SANTOS, D. de J; PERIN, L. Perfil dos produtores orgânicos de Sergipe. *In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, XI. Anais [...]* São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1782).

SCHNEIDER, S. *et al.* Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. *In: SCHNEIDER, S. et al. (org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar. *In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SEAPDR. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Radiografia da Agropecuária Gaúcha**, 2019.

SEAPDR. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Agricultura familiar é desenvolvida em 25% da área rural no RS, aponta IBGE**. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/agricultura-familiar-e-desenvolvida-em-25-da-area-rural-no-rs-aponta-ibge>. Acesso em: 2 set. 2020.

SEAPDR. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf)**. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/agroindustria-familiar>. Acesso em: 7 out. 2020.

SEBRAE. **Pesquisa com produtores orgânicos 2018**. Disponível: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Pesquisa%20com%20Produtores%20Org%C3%A2nicos%202018%20Sebrae_21.6.2018.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.

SEBRAE. **Perfis cidades Gaúchas 2020 – Cachoeira do Sul**. Disponível: http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Cachoeira_do_Sul.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.

VARGAS, C. R. de. **Análise das inovações nas relações com o mercado na agricultura orgânica brasileira**. UFRS, Porto Alegre. 2012.

VASCONCELOS, V. H. R. de. **Feiras agroecológicas da cidade de João Pessoa – Paraíba**: caracterização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos e sua relação com a gastronomia paraibana. João Pessoa, 2018. 73 f.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: Encontro Anual da ANPOCS, II. Anais [...]*. Caxambu, 1996.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 21, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/239>. Acesso em: 15 out. 2020.

Data de submissão: 13/08/2021

Data de aprovação: 07/03/2024

Revisão: Daniela Matthes (português), Francieli de Souza Francisco (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Chaiane Leal Agne

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro, 1040 – Centro

96508-010 Cachoeira do Sul/RS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8779-045X>

E-mail: chaianeagne@gmail.com

Vanessa Baumhardt Dorneles

Mestranda na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro, 1040 – Centro

96508-010 Cachoeira do Sul/RS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7714-4728>

E-mail: vanessab.dorneles@hotmail.com